

Granja Econômica Avícola Ltda.

Relatório do auditor independente acompanhado das
demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265BS-012-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 -
3º andar, Sala 311, Gleba Palhano -
Londrina (PR) Brasil
T +55 43 3306-1047
www.grantthornton.com.br

Aos quotistas e administradores da
Granja Econômica Avícola Ltda.
Carambeí – PR

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Granja Econômica Avícola Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na sessão “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Granja Econômica Avícola Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

(i) Ausência de evidência de recuperabilidade de mútuos com partes relacionadas (e respectivos impactos fiscais)

Conforme descrito na Nota Explicativa no 12, em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possui saldo a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 39.588 mil, originado de transações operacionais e financeiras. Para tais valores, a administração não nos forneceu evidências quanto à realização desses créditos no curso normal das operações e/ou avaliação sobre a eventual necessidade de constituição de estimativa de perda esperada sobre esses ativos naquela data, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com consequência, não nos foi possível obter, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir sobre a recuperabilidade desses créditos, tampouco sobre eventuais impactos fiscais nas demonstrações contábeis da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em razão dessa limitação.

(i) Ausência de conciliação dos adiantamentos de clientes

Conforme descrito na Nota Explicativa no 20, em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possui registrado no passivo, na rubrica de adiantamentos de clientes, o montante de R\$ 39.679 mil. Para tais valores, a administração não nos forneceu evidências, tais como conciliações suportadas por registro auxiliares financeiros, que suportassem seu adequado reconhecimento nas demonstrações financeiras. Desta forma, não foi possível obter, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir sobre a adequação desse saldo nas demonstrações contábeis da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em razão dessa limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por nós, cujo relatório, emitido em 13 de maio de 2025, continha ressalva quanto à ausência de inventário físico do ativo imobilizado (cujo assunto foi endereçado pela administração da Empresa durante o exercício de 2025, sem impacto nas demonstrações contábeis ora apresentadas), bem como ressalvas quanto ao mesmo assunto descrito no parágrafo (i) na seção “Base para opinião com ressalvas”.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Londrina, 26 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-011.583/F-2



Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Granja Econômica Avícola Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	37.863	6.261
Contas a receber de clientes	8	19.138	27.354
Estoques	9	32.586	31.349
Ativos biológicos	10	58.963	49.564
Tributos a recuperar	11	38.383	21.009
Adiantamentos e outros créditos	12	12.617	6.455
Total do ativo circulante		199.550	141.992
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	7.1	4.735	1.253
Contas a receber de clientes	8	320	-
Tributos a recuperar	11	46	237
Adiantamentos e outros créditos	12	39.588	42.084
Depósitos judiciais	21	176	186
Ativos biológicos	10	69.109	38.911
Investimentos	13	1.900	1.885
Direitos de uso	14	20.072	20.218
Imobilizado	15	51.210	41.013
Intangível		36	39
Total do ativo não circulante		187.192	145.826
Total do ativo		386.742	287.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Granja Econômica Avícola Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	16	57.108	39.917
Empréstimos e financiamentos	17	46.017	32.662
Obrigações sociais e trabalhistas	18	7.843	6.094
Obrigações fiscais e tributárias	19	6.624	1.823
Adiantamento de clientes	20	32.455	51.772
Passivos de arrendamentos	14	4.381	3.123
Outras obrigações	-	2.619	1.248
Total do passivo circulante		157.047	136.639
Passivo não circulante			
Fornecedores	16	1.132	983
Empréstimos e financiamentos	17	81.421	59.782
Obrigações sociais e trabalhistas	18	4.002	4.936
Passivos de arrendamentos	14	20.466	21.130
Adiantamento de clientes	20	7.224	-
Provisões para contingências	21	2.387	2.387
Distribuição de lucros a pagar	23	42.003	-
Total do passivo não circulante		158.635	89.218
Patrimônio líquido	23		
Capital social		10.799	72
Reservas de incentivos fiscais		60.261	43.051
Reserva de lucros		-	18.838
Total do patrimônio líquido		71.060	61.961
Total do passivo e patrimônio líquido		386.742	287.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Granja Econômica Avícola Ltda.

Demonstrações de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	24	536.319	437.302
Custo dos produtos vendidos	25	(409.910)	(349.737)
Lucro bruto		126.409	87.565
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(22.479)	(20.128)
Despesas com vendas	26	(20.534)	(33.899)
Outros resultados operacionais	27	11.597	943
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		94.993	34.481
Receitas financeiras	28	10.063	2.691
Despesas financeiras	28	(21.931)	(26.100)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		83.125	11.072
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(22.805)	(4.450)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Lucro do exercício		60.320	6.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Granja Econômica Avícola Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	60.320	6.622
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	60.320	6.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Granja Econômica Avícola Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20	72	43.051	13.663	-	56.786
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.622	6.622
Destinações		-				
Distribuição de lucros	-	-	-	(461)	-	(461)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(986)	-	(986)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.622	(6.622)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		72	43.051	18.838	-	61.961
Aumento de capital social	-	10.727	(10.727)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.320	60.320
Destinações						
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	27.937	473	(28.410)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(19.311)	(28.997)	(48.308)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.913)	(2.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		10.799	60.261	-	-	71.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Granja Econômica Avícola Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	60.320	6.622
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	5.528	4.836
Amortização do direito de uso	3.220	2.464
Baixas de ativos imobilizados	1.936	7.819
Provisão p/ perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(786)	2.108
Provisão de juros de empréstimos	15.915	12.822
Juros de arrendamentos	3.899	3.820
Variação cambial	(947)	3.121
Total do resultado do exercício ajustado	89.085	43.612
Variação nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(3.482)	(1.253)
Contas a receber de clientes e outros créditos	8.682	18.295
Estoques	(1.237)	(1.608)
Ativos biológicos	(39.597)	(3.773)
Tributos a recuperar	(17.183)	(842)
Adiantamentos e outros créditos	(1.170)	(1.887)
Depósitos judiciais	10	2
Fornecedores	17.340	(27.098)
Obrigações sociais e trabalhistas	815	3.132
Obrigações fiscais e tributárias	4.801	1.377
Outras contas a pagar	1.371	(265)
Adiantamentos de clientes	(12.093)	2.112
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais	47.342	31.804
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações de longo prazo e outros investimentos	(15)	918
Aquisição de intangível	-	4
Aquisições para o ativo imobilizado	(17.657)	(12.761)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimentos	(17.672)	(11.839)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Transações com partes relacionadas	(2.496)	(10.679)
Captação de empréstimos e financiamentos	70.785	156.303
Amortização de principal e juros	(50.759)	(155.763)
Pagamentos de arrendamentos	(6.379)	(5.388)
Distribuição de juros sobre capital próprio	(2.913)	(986)
Distribuição de lucros	(6.306)	(461)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	1.932	(16.974)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	31.602	2.991

Granja Econômica Avícola Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	6.261	3.270
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	37.863	6.261
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	31.602	2.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa Granja Econômica Avícola Ltda., possui a sua sede e foro na Rua Catanduvras de Fora, 333, cidade de Carambeí, estado do Paraná. Sua constituição se deu em 09 de fevereiro de 1965. Trata-se de uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com finalidade lucrativa, tendo como o objeto as seguintes atividades principais:

- Produção de ovos;
- Produção de pintos de um dia;
- Criação de aves matrizes;
- Reflorestamento e cultivo de pinus;
- Fabricação de ração balanceada para aves; e
- Importação e exportação.

1.1. Continuidade operacional

A Granja Econômica Avícola Ltda., ao longo de seus mais de setenta anos de história tem demonstrado solidez no seu crescimento e busca contínua por qualidade no atendimento ao cliente. Construiu em sua trajetória de sucessão familiar uma reputação de empresa engajada nos relacionamentos de longo prazo com seus parceiros de negócios.

A Empresa vem de vários anos de crescimento consistente, apresentando nos últimos 05 anos, crescimento anual de faturamento superior a 20% ao ano.

A estratégia da Empresa para 2025 foi buscar eficiência operacional, redução de custos e despesas, alongamento do endividamento bancário com melhores taxas, melhoria no capital circulante líquido e a manutenção dos fluxos de caixa, mesmo sem projetar nenhum crescimento adicional.

Tais situações visam a melhora nos fluxos de caixa da Empresa, garantindo assim a normalização das operações de curto prazo e corroboram com a continuidade operacional da Empresa.

Além disso, a diretriz estratégica iniciada em 2023 que orientou os esforços da organização no desenvolvimento de políticas de governança corporativa, evidenciaram resultados expressivos para o ano de 2025, os quais destacamos alguns no âmbito de aspectos econômico-financeiros, conforme apresentado em Nota explicativa nº 31, reputação creditícia (a), profissionalização da diretoria, através do ingresso de executivos sêniores do mercado (b)

(a) Reputação creditícia:

A administração do fluxo de caixa corporativo segue orientações do Conselho de Administração e do CEO da organização para fins de reporte semanal e acompanhamento da execução.

Um dos objetivos da política de caixa mínimo da empresa para 2026 (política em desenvolvimento) é a manutenção de aproximadamente o equivalente a um mês de faturamento em caixa.

Esse caixa veio sendo construído desde o início de 2025 com aumentos recorde de produção e aumento das margens da venda spot de pintinhos e ovos férteis. Durante o ano de 2025, conforme evidenciado pela DFC o caixa e equivalente de caixa saltou de R\$ 6.261 mil para R\$ 37.863 mil. Ficando muito próximo a um (01) mês de faturamento.

(b) Profissionalização da Diretoria, através do ingresso de executivos sêniores do mercado:

A Granja Econômica, em continuidade ao processo de profissionalização de sua gestão, continuou trazendo novos colaboradores, vindos do mercado da avicultura e da gestão financeira corporativa, assumindo posições estratégicas nas diretorias financeira, comercial e técnica.

Assim a empresa, avança mais um passo importante na direção de construir os alicerces de um organograma necessário, com vistas ao plano de desenvolvimento das melhores práticas de políticas de governança corporativa, com a consolidação destas três diretorias independentes.

2. Base de preparação e mensuração – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforma as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 26 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos são designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Brasil.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** – Mensuração de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes e outros créditos;
- **Nota Explicativa nº 11** – Avaliação ao valor justo de impostos a recuperar;
- **Nota Explicativa nº 15** – Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 29** – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 21** – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao gestor da Empresa.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 29** – Instrumentos financeiros.

5. Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou às políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. A seguir apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis.

a) Receita operacional

i) Vendas de bens

A Empresa produz e comercializa produtos ovos férteis e pintos de 1 dia.

A receita operacional é reconhecida quando:

- Os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- For provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa;
- Os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável;
- Não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e
- O valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

b) Subvenção e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Empresa irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

c) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Os estoques da Empresa contemplam os ovos férteis e pintainhos de 1 dia, os quais são comercializados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados e despesas de vendas.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	20 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 a 10 anos
Instalações	10 anos

h) Intangível

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos e marcas são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte:

- **Software:** 05 anos.

i) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Vjora)

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo Vjora. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting*, que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos Financeiros.

j) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

ii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto Social são reconhecidos como passivo.

k) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; e
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

6. Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

As novas normas e interpretações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, não trouxeram impactos nas demonstrações contábeis da Empresa. A Administração irá avaliar o impacto que as novas normas com obrigatoriedade a partir de 1º de janeiro de 2026 terão na prática atual.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Caixa	13	14
Bancos	3.207	1.286
Aplicações financeiras - liquidez imediata	34.643	4.961
Total	37.863	6.261

As aplicações financeiras são de curto prazo e referem-se aos investimentos em fundos de renda fixa, remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (98% a 100% do CDI em média).

Garantias

Com exceção do descrito na Nota Explicativa nº 9 – Outros investimentos, não existiam aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos.

7.1. Aplicações financeira - prazo fixo

Conforme contrato de liberação do CRA a empresa mantém aplicações financeiras em forma de garantia da operação, desta forma tais créditos são classificados no Ativo não circulante.

	2025	2024
Aplicações financeira	4.735	1.253
Longo Prazo	4.735	1.253
Total	4.735	1.253

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	24.054	33.056
(-) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.916)	(5.702)
Total	19.138	27.354

Aging list de contas a receber de clientes mercado interno e mercado externo:

	2025	2024
A vencer	18.085	26.323
Vencidos		
Vencidos em até 30 dias	807	906
Vencidos entre 31 e 60 dias	83	29
Vencidos entre 61 e 180 dias	190	419
Vencidos acima de 181 dias	4.889	5.379
Total	24.054	33.056

A Administração reconhece uma provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, de acordo com análise individual dos clientes. A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos entre 30 dias e 180 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

A seguir, demonstraremos a movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(5.702)	(3.594)
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(683)	(2.108)
Estorno da provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	1.469	-
Total	(4.916)	(5.702)

Garantias

Em 31 de dezembro, existiam duplicatas dadas em garantias aos empréstimos existentes, no montante de R\$ 6.437 mil, conforme nota explicativa nº 17.

9. Estoques

	2025	2024
Estoques de ovos férteis	19.951	20.624
Insumos para a ração	7.607	6.958
Almoxarifado e estoques de manutenção	2.828	2.320
Outros estoques	2.200	1.447
Total	32.586	31.349

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam estoques dados em garantias aos empréstimos existentes.

10. Ativos biológicos

A Empresa reconhece os ativos biológicos quando controla esses ativos como consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios futuros associados a esses ativos fluirão para a Empresa e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

Na opinião da Administração, o valor justo das matrizes e ovos estão, substancialmente, representados pelo custo de formação devido ao curto ciclo de vida dos animais, bem como pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos produtos deriva do processo de industrialização. Dessa forma, a Administração manteve o registro das matrizes e ovos por seu custo histórico de formação.

	2025	2024
Matrizes em formação	69.109	38.911
Matrizes em uso	58.963	49.564
Total	128.072	88.475
Curto prazo	58.963	49.564
Longo prazo	69.109	38.911

	2024	Compras	Custos de formação	Transferências	Descartes	Amortização	2025
Matrizes em formação	38.912	74.489	78.274	(122.566)	-	-	69.109
Matrizes em uso	49.564	-	13.893	122.566	(8.153)	(118.907)	58.963
Total	88.476	74.489	92.167	-	(8.153)	(118.907)	128.072

	2023	Compras	Custos de formação	Transferências	Descartes	Amortização	2024
Matrizes em formação	43.529	46.768	76.056	(127.442)	-	-	38.912
Matrizes em uso	41.173	-	-	127.442	(4.454)	(114.597)	49.564
Total	84.702	46.768	76.056	-	(4.454)	(114.597)	88.476

Os valores correspondentes as amortizações integram o custo de formação dos ovos férteis (estoques) e transitam ao resultado quando da venda dos estoques.

A partir de 2025, as Matrizes em uso passaram a receber custos de formação mesmo já estando alojadas nas granjas de produção, durante o período que foram transferidas das granjas de recria até o início efetivo da postura. Considerando que, mesmo que as matrizes já estejam alojadas e consumindo custos nas granjas de produção, elas ainda estão em período de formação, incorporando os custos. Custos estes alocados ao valor das referidas matrizes e amortizadas posteriormente, assim que iniciada a postura.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Os ativos biológicos de matrizes de aves têm vida útil de 65 semanas. Como parte do processo de determinação do valor justo, a Administração considerou os seguintes elementos: a) curto período de tempo de formação; b) a ausência de mercado ativo para as matrizes; e c) o fato de que a sua venda não representa o negócio principal da Empresa, as quais são realizadas com o principal propósito de recuperar custos.

Com base nestes elementos, na avaliação da Administração, o valor justo de tais ativos biológicos, não apresentaram variações significativas em relação ao custo de aquisição/formação e está representado por seu custo de formação, considerando o curto ciclo de vida dos animais.

Os seguintes custos de formação constavam em 31 de dezembro de 2025:

	Quantidade	Valor total	Preço médio em R\$
Matrizes em formação	963.379	69.109	R\$ 71,73
Matrizes em produção	1.489.753	58.903	R\$ 39,58

11. Impostos a recuperar

	2025	2024
PIS e Cofins a recuperar (b)	8.703	8.552
ICMS a recuperar (a)	14.072	12.142
IRPJ a recuperar (c)	15.530	416
CSLL a recuperar	124	124
Outros impostos	-	12
Total	38.429	21.246
Curto prazo	38.383	21.009
Longo prazo	46	237

(a) Refere-se ao crédito de ICMS originado substancialmente sobre a aquisição de insumos para produção, voltados a atividade da empresa e a créditos de ICMS originados substancialmente sobre a aquisição de ativo imobilizado, crédito este que é apropriado em 48 meses. Estes créditos acumulados são constantemente analisados com objetivo de viabilidade de ressarcimento junto aos estados ou utilização em operações da empresa.

(b) Créditos de PIS e Cofins originados nas aquisições de insumos para produção pela Empresa, a ser realizado através de compensação de obrigações tributárias de mesma natureza, ou compensação cruzada com tributos previdenciários, conforme origem do crédito.

(c) Créditos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) decorrentes de ajuste anual de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, sendo este objeto de pedido de ressarcimento junto ao Fisco.

12. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	12.320	6.127
Partes relacionadas (i)	39.588	42.084
Outros créditos	297	328
Total	52.205	48.539
Curto prazo	12.617	6.455
Longo prazo	39.588	42.084

(i) Valores substancialmente compostos por transações com as empresas XPA Participações no montante de R\$ 23.308 mil, Mattiolo Agronegócios S.A. no montante de R\$ 11.741 mil, Aves do Parque Ltda. no montante de R\$ 4.049 mil e R\$ 490 mil por transações com sócios. As operações pactuadas possuem natureza comercial e de mútuo financeiro, os quais são pactuados em condições acordadas entre as partes por meio de contratos e não necessariamente seguem as condições de mercado.

13. Investimentos

	2025	2024
Companhia internacional de logística (i)	1.136	1.179
Títulos de capitalização (ii)	644	578
Outros investimentos	120	128
Total	1.900	1.885

(i) Refere-se ao investimento da Companhia Internacional de Logística S.A., a qual é uma Companhia constituída por Sociedades da área agrícola, destinada ao transporte logístico entre as empresas e terceiros. A participação da Granja Econômica é de 2,16%.

(ii) Valor correspondente a títulos de capitalização junto ao Banco Santander, os quais estão como garantia de empréstimos contratados.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento

	Direito de uso	Amortização acumulada	2025	2024
Imóveis e edificações de produção (i)	34.337	(14.265)	20.072	20.218
Total			20.072	20.218

	Direito de uso	Amortização acumulada	2024	2023
Imóveis e edificações de produção (i)	31.263	(11.045)	20.218	22.682
Total			20.218	22.682

(i) Corresponde a contratos de locação de imóveis e edificações de produção, com prazos que variam entre 36 e 120 meses. A Administração da Empresa considerou a taxa incremental de 16,45% a.a. para o cálculo do direito de uso.

A seguir é demonstrado a movimentação dos saldos:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	20.218	22.682
Reconhecimento de novos contratos e reajustes contratuais	3.074	-
(-) Amortização do direito de uso	(3.220)	(2.464)
Saldo final em 31 de dezembro	20.072	20.218

A seguir é demonstrado os saldos de passivos de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	24.847	24.253
Total	24.847	24.253
Curto prazo	4.381	3.123
Longo prazo	20.466	21.130

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

A seguir é demonstrado a movimentação dos saldos de passivos de arrendamento:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	24.253	25.821
Novos contratos e reajuste contratuais	3.074	-
Pagamentos de arrendamentos	(6.379)	(5.388)
Provisão de juros	3.899	3.820
Saldo final em 31 de dezembro	24.847	24.253

15. Ativo imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2025	2024
Terrenos	1.933	-	1.933	1.933
Edificações e construções	16.654	(8.770)	7.884	6.078
Equipamentos e instalações	35.802	(16.017)	19.785	16.491
Móveis e utensílios	3.929	(2.277)	1.652	1.556
Equipamentos de informática	1.282	(712)	570	448
Veículos	7.071	(5.612)	1.459	3.076
Outras imobilizações	934	(59)	875	678
Imobilizado em andamento	8.712	-	8.712	2.774
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.447	(4.107)	8.340	7.979
Total	88.764	(37.554)	51.210	41.013

a) Movimentação do custo e depreciação

Grupo do ativo imobilizado	2024	Movimentação 2025				
	Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Líquido
Terrenos	1.933	-	-	-	-	1.933
Edificações e construções	6.078	-	2.274	(467)	(1)	7.884
Equipamentos e instalações	16.491	6.365	-	(2.243)	(828)	19.785
Móveis e utensílios	1.556	357	-	(227)	(34)	1.652
Equipamentos de informática	448	267	-	(126)	(19)	570
Veículos	3.076	555	-	(1.119)	(1.053)	1.459
Outras imobilizações	678	206	-	(8)	(1)	875
Imobilizado em andamento	2.774	9.839	(3.901)	-	-	8.712
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.979	68	1.627	(1.334)	-	8.340
Total	41.013	17.657	-	(5.524)	(1.936)	51.210

Grupo do ativo imobilizado	2023	Movimentação 2024				
	Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Líquido
Terrenos	1.933	-	-	-	-	1.933
Edificações e construções	3.205	-	4.765	(862)	(1.030)	6.078
Equipamentos e instalações	18.447	-	873	(2.161)	(668)	16.491
Móveis e utensílios	1.622	188	-	(241)	(13)	1.556
Equipamentos de informática	441	142	-	(119)	(16)	448
Veículos	4.641	871	-	(1.453)	(983)	3.076
Outras imobilizações	567	3.502	14	-	(3.405)	678
Imobilizado em andamento	3.709	5.399	(5.652)	-	(682)	2.774
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.342	2.659	-	-	(1.022)	7.979
Total	40.907	12.761	-	(4.836)	(7.819)	41.013

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

16. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	58.240	40.900
Total	58.240	40.900
Curto prazo	57.108	39.917
Longo prazo	1.132	983

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

A seguir são apresentados o *aging list* dos saldos de fornecedores:

	2025	2024
A vencer	49.394	36.422
Vencidos		
Vencidos em até 30 dias	3.865	1.057
Vencidos entre 31 e 180 dias	441	2.101
Vencidos acima de 181 dias	4.540	1.320
Total	58.240	40.900
Curto prazo	57.108	39.917
Longo prazo	1.132	983

Os valores referentes às contas a pagar a fornecedores, vencidas acima de 181 dias, estão sendo submetidos a uma rigorosa revisão, título a título, no exercício de 2026, pois durante os levantamentos foi identificado que uma parcela significativa desse montante diz respeito a descontos financeiros obtidos em negociações com os fornecedores, restando, portanto, apenas saldos parciais a baixar. Essa análise visa assegurar a adequada apresentação e mensuração das obrigações, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, garantindo a transparência e a fidedignidade das informações financeiras apresentadas, o que resultará em reconhecimento de receitas financeiras para Empresa. A revisão dos saldos permitirá uma melhor compreensão da natureza das obrigações e possibilitará a adoção de medidas corretivas, se necessário, para a regularização das pendências junto aos fornecedores.

17. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados a seguir:

	Garantias	Taxas	2025	2024
Capital de giro e cédula de produtor rural	Aval / Duplicatas	(i)	54.614	45.591
CRA – Opea Securitizadora	Aval / Duplicatas		30.262	22.201
Financiamentos	Alienação Fiduciária	17% a.a.	8.181	12.925
Adiantamento de contrato de câmbio	Aval	USD + 8,7%	33.900	11.199
Pessoas físicas	-	CDI	481	528
Total			127.438	92.444
Curto prazo			46.017	32.662
Longo prazo			81.421	59.782

(i) As taxas das operações de capital de giro e cédula de produtor rural oscilam entre CDI + 6,80% e 21,24% a.a.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Banco Itaú	29.364	39.542
Banco BTG Pactual	25.753	-
Có Bank	3	2.496
Caixa Econômica Federal	15.698	3.322
Banco Daycoval	1.740	109
Banco Santander	2.041	5.462
Banco do Brasil	3.972	5.195
Banco Volkswagen	797	1.251
Cooperativa de Crédito Sisprime	1.803	3.449
Cooperativa de Crédito Uniprime	-	692
Cooperativa de Crédito Sicredi	5.162	-
Multiagro	-	8.197
OPEA Securitizadora – CRA (i)	30.262	22.201
Safrá	10.362	-
Pessoas Físicas	481	528
Total	127.438	92.444

(i) Em 18 de outubro de 2024, a Companhia emitiu duas Cédulas de Produto Rural com liquidação financeira (CPR Financeiras no 001/2024 e no 002/2024), no montante total de R\$ 40.000 mil, vinculadas à 149ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), estruturada pela Opea Securitizadora S.A., com custódia e agente fiduciário exercidos pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

As operações possuem vencimentos finais em outubro de 2029 (1ª série) e outubro de 2028 (2ª série), com remuneração correspondente, respectivamente, à variação do IPCA acrescida de juros de 10,50% ao ano e à variação da Taxa DI acrescida de spread de 4,00% ao ano, com pagamentos periódicos de juros e amortização conforme cronograma contratual.

Os recursos captados destinam-se ao financiamento das atividades operacionais da Companhia relacionadas à produção de pintos de um dia, sendo a liquidação das obrigações suportada pelos fluxos de caixa gerados por tais atividades, cujos direitos creditórios foram cedidos fiduciariamente à operação.

As CPRs contam com garantias que incluem cessão fiduciária de recebíveis, conta vinculada para controle de fluxo financeiro, alienação fiduciária de imóveis e aval solidário de partes relacionadas, além da manutenção de fundos de reserva, estando a Companhia sujeita ao cumprimento de cláusulas contratuais e indicadores financeiros, cujo descumprimento pode ensejar vencimento antecipado das obrigações.

Finame

Financiamento de longo prazo para aquisição e produção de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, incluindo veículos de carga.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	92.444	75.961
Captações	70.785	156.303
Amortização de principal e juros	(50.759)	(155.763)
Variação cambial	(947)	3.122
Provisão de juros	15.915	12.821
Saldo final em 31 de dezembro	127.438	92.444

Compromissos (covenants)

Os contratos de financiamentos mantidos pela Empresa junto às instituições financeiras possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado (covenants), relacionados a aspectos operacionais. Os covenants financeiros-operacionais estão assim previstos:

(i) Relação EBITDA x Dívida Líquida inferior a 3,0.

	2025	2024
Resultado do exercício	60.320	6.622
(+) IRPJ e CSLL	22.805	4.450
(+) Resultado financeiro, líquido	11.868	23.409
(+) Depreciação e amortização	6.861	7.300
(=) EBITDA	101.854	41.781
Dívida Líquida		
(+) Empréstimos e financiamentos	127.438	92.444
(-) Caixa e equivalentes	(37.863)	(6.261)
(-) Aplicações financeiras	(4.735)	(1.253)
(=) Dívida líquida	84.840	84.930
Relação EBITDA x Dívida Líquida	0,83	2,03

Em 31 de dezembro de 2025, os indicadores previstos em instrumento de dívida estavam plenamente atendidos.

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	2.550	1.541
Provisão de férias e encargos	3.019	2.588
Funrural a recolher	5.195	5.836
FGTS	250	460
INSS a recolher	564	402
Outras obrigações trabalhistas	267	203
Total	11.845	11.030
Curto prazo	7.843	6.094
Longo prazo	4.002	4.936

19. Obrigações fiscais e tributárias

	2025	2024
IRPJ a recolher	4.429	1.000
CSLL a recolher	1.694	373
IRRF a recolher	31	34
ICMS a recolher	318	-
Outras obrigações tributárias	152	416
Total	6.624	1.823

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado na controladora é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do IR e CS	83.125	11.072
(+) Adições permanentes	1.260	550
(+) Adições temporárias	2.214	2.832
(-) Exclusões permanentes (i)	(19.457)	(1.331)
(-) Exclusões temporárias	-	-
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	67.142	13.123

	2025	2024
(-) Compensação de prejuízo fiscais	-	(7.223)
Lucro fiscal	67.142	5.900
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Subtotal imposto de renda e contribuição social	22.805	4.450
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.805	4.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(2.456)
Imposto de renda e contribuição social	22.805	1.994
Taxa efetiva	32,98%	15,87%

(i) Valor refere-se a reversão de provisões de créditos de difícil realização no montante de R\$ 345 e Juros sobre o capital próprio pagos no montante de R\$ 986 no ano de 2024. Em 2025 o valor refere-se a reversão de provisões de créditos de difícil realização no montante R\$ 1.432, Juros sobre o capital próprio R\$ 2.913 e recuperações tributárias de IRPJ e CSLL pagos em anos anteriores R\$ 9.723, além da correção monetária SELIC sobre os respectivos créditos tributários no valor de R\$ 5.389.

20. Adiantamentos de clientes

	2025	2024
Adiantamentos - Avenorte	12.778	15.007
Adiantamentos - Uniaves	-	1.100
Adiantamentos - Seara	3.964	7.479
Adiantamentos - Jagua Frangos	2.936	5.406
Adiantamentos - Clientes JBS	5.503	4.077
Adiantamentos - Somave	10.163	14.693
Adiantamentos diversos	4.335	4.010
Curto Prazo	32.455	40.018
Longo Prazo	7.224	11.754
Total	39.679	51.772

Os adiantamentos de clientes referem-se a contratos firmados para lotes de produção de ovos, com preços já fixos em relação ao ativo comercializado. Os valores são compensados conforme a entrega dos lotes acordados entre as partes.

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Empresa em 31 de dezembro de 2025, segundo seus assessores jurídicos, apresentava ações tributárias, cíveis e trabalhistas, classificadas como o risco de perda provável no montante de R\$ 2.387 mil, mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024.

Os processos classificados como possíveis perdas totalizam o montante de R\$ 3.750 mil em 31 de dezembro de 2025 e não são provisionados contabilmente em razão da previsão do pronunciamento técnico CPC 25. As provisões para essas eventuais perdas decorrentes desses processos são periodicamente atualizadas pela Administração. Os processos classificados como possíveis são substancialmente relacionados a autuações de cunho previdenciário, os quais aguardam julgamento do CARF e podem ser ainda discutidos judicialmente.

Adicionalmente, a Companhia possui depósitos judiciais relacionados aos processos em andamento, no montante de R\$ 176 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 186 mil em 31 de dezembro de 2024), os quais estão registrados no ativo não circulante.

22. Partes relacionadas

Passivo	2025	2024
Eltjo Okko Dijkstra	61	61
Pieter Eltjo Dijkstra	247	294
Willen A. Dijkstra e outros	173	173
Total de empréstimos a pagar - partes relacionadas	481	528

As transações comerciais, tais como compra, venda de mercadorias e prestações de serviços entre essas Empresas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

A Companhia possui saldos referente a mútuos e outras avenças pactuadas com partes relacionadas, os quais estão apresentados na Nota Explicativa nº 12 – Adiantamentos.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalizou R\$ 10.799, divididos em 10.799.396 quotas (R\$ 10.799, divididos em 10.799.396 quotas em 2025), no valor nominal de R\$ 1,00 cada. O quadro de sócios é apresentado a seguir:

Sócio/quotista	Quotas	Capital subscrito	Capital integralizado	
			2025	2024
Pieter Eltjo Dijkstra	3.024	3.024	3.024	18
Eltjo Okko Dijkstra	4.751	4.751	4.751	18
Willem Adriaan Dijkstra	3.024	3.024	3.024	36
Total	10.799	10.799	10.799	72

b) Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A partir de 2022, com base na LC nº 160/2017, a Empresa passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina concedidos nas suas operações.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Empresa e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo. Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Empresa utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes fatores: **(i)** o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e **(ii)** sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos. No encerramento do exercício social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Empresa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Conforme disposto na Lei nº 12.973/14, se no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou o lucro contábil ser inferior a parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

c) Distribuição de lucros

O Contrato social da Empresa não determina a distribuição de uma parcela mínima de lucros aos sócios, sendo que no exercício de 2025, a administração deliberou pela distribuição de juros sobre capital próprio de R\$ 2.913 e Pagamento efetivo de dividendos durante o ano de 2025 em R\$ 6.306. Em assembleia dos sócios realizada em 26 de dezembro de 2025 em atendimento a Lei 15.270 de 26/11/25 (letra “b” inciso XII, artigo 16-A), a diretoria decidiu por deliberar a distribuição aos sócios de R\$ 42.003 a título de distribuição de lucros, valores apurados em balancete intermediário até a data e 30 de novembro de 2025. Os dividendos serão efetivamente pagos aos sócios, conforme deliberações futuras, com prazos definidos até o final do ano de 2028, em atendimento às exigências da referida Lei.

Os valores de juros sobre capital próprio a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo, conforme movimentação a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	60.320	6.622
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	-
Base para distribuição	60.320	6.622
Lucros Deliberados (distribuídos e ou provisionados para distribuição)	(48.309)	(461)
Juros sobre capital próprio	(2.913)	(986)

Os valores de juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos deduziram da reserva de lucros acumulada da Empresa no exercício de 2025. Os valores de juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos deduziram da reserva de lucros acumulada da Empresa no exercício de 2024.

24. Receita operacional líquida

	2025	2024
Vendas de pintinhos de 1 dia	317.916	181.073
Vendas de ovos férteis	188.105	208.106
Vendas de ovos férteis - exportação	32.597	48.431
Vendas de matrizes (descartes)	11.103	8.723
Outras receitas	1.701	3.220
(-) Devoluções e abatimentos	(5.808)	(6.387)
(-) Cofins sobre vendas	(7)	(65)
(-) PIS sobre vendas	(1)	(14)
(-) ICMS sobre vendas	(7.887)	(3.384)
(-) Funrural sobre vendas	(1.400)	(2.401)
Receita operacional líquida	536.319	437.302

25. Custos dos produtos vendidos

	2025	2024
Custos dos pintinhos vendidos	(245.402)	(162.575)
Custos dos ovos vendidos	(155.611)	(181.718)
Custos das vendas de matrizes	(8.153)	(4.455)
Outros custos	(997)	(1.070)
Impostos recuperáveis	253	81
Total	(409.910)	(349.737)

26. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	2025	2024
Salários e encargos	(5.153)	(4.490)
Frete e carretos	(12.138)	(11.564)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(683)	(2.787)
Despesas com exportação	(3.885)	(14.230)
Indenizações	(2.512)	(1.800)
Assessoria e consultoria	(6.419)	(5.996)
Comissões sobre vendas (i)	(1.113)	(1.790)
Serviços de terceiros	(3.039)	(1.928)
Despesas com veículos	(1.772)	(1.783)
Viagem e estadia	(545)	(967)
Despesas com tecnologia da informação	(967)	(835)
Outras despesas	(4.787)	(5.857)
Total	(43.013)	(54.027)
Despesas gerais e administrativas	(22.479)	(20.128)
Despesas com vendas	(20.534)	(33.899)
Total	(43.013)	(54.027)

(i) As despesas de comissões apresentaram diminuição em virtude do comissionamento das exportações que ocorreram no exercício de 2024 e renegociações de valores junto aos despachantes, o que trouxe economia para 2025.

27. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Constituição de provisão para perdas com depósitos judiciais	-	679
Resultado na venda de ativo imobilizado	(170)	(289)
Outros resultados operacionais (i)	11.767	553
Total	11.597	943

(i) Valor substancialmente composto por recuperação tributária de IRPJ e CSLL de anos anteriores, essa operação resultou em receita de R\$ 9.722 milhões. Já em 2024 basicamente o saldo foi composto por recuperação de despesas e recebimento de seguros sobre sinistros.

28. Resultado financeiro

	2025	2024
Descontos obtidos	149	348
Rendimentos de aplicações financeiras	1.893	210
Variação cambial ativa	2.596	1.872
Atualização Monetária sobre créditos tributários - SELIC	5.389	-
Outras receitas financeiras	36	261
Total das receitas financeiras	10.063	2.691
Descontos concedidos	(749)	(726)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.624)	(13.906)
Juros com contratos de arrendamentos	(741)	(932)
Variação cambial passiva	(2.612)	(5.077)
Perdas derivativos Swap-Hedge	(1.474)	(597)
Outras despesas financeiras	(1.731)	(4.862)
Total das despesas financeiras	(21.931)	(26.100)
Resultado financeiro, líquido	(11.868)	(23.409)

29. Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço commodities etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial da controlada em 31 de dezembro de 2025 estão identificados a seguir:

	2025		2024	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	37.863	37.863	6.261	6.261
Contas a receber de clientes	19.458	19.458	27.354	27.354
Adiantamentos	52.205	52.205	49.792	49.792
Total de ativos financeiros	109.526	109.526	83.407	83.407
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(127.438)	(127.438)	(92.444)	(92.444)
Fornecedores e outras contas a pagar	(58.240)	(58.240)	(40.900)	(40.900)
Total de passivos financeiros	(185.678)	(185.678)	(133.344)	(133.344)
Resultado ativos (-) passivos	(76.152)	(76.152)	(49.937)	(49.937)

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Empresa possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Empresa, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Empresa, o responsável pela Tesouraria da Empresa precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de bolsa de valores.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco cambial;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Empresa, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A seguir demonstraremos os títulos por idade de vencimento.

	2025	2024
A vencer	18.085	26.323
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	807	906
Vencidos entre 31 e 60 dias	83	29
Vencidos entre 61 e 180 dias	190	419
Vencido acima de 181 dias	4.889	5.379
Total	24.054	33.056

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Empresa compra e vende derivativos e cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Geralmente, a Empresa busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

A Empresa está sujeito ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa, em sua grande maioria o Dólar Americano (USD).

30. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa possui contratado cobertura de seguros em montantes compatíveis com as operações realizadas e que asseguram os seus ativos imobilizados, estoques e ativos biológicos.

31. Eventos subsequentes

Aspectos econômico-financeiros

A empresa realizou operações financeiras junto ao Banco C6 ao longo do exercício de 2026, incluindo contratos de Cédula de Produto Rural (CPR) com liquidação financeira e instrumentos derivativos.

Em 23 de fevereiro de 2026, foi contratada CPR no montante de R\$ 600 mil, com encargos atrelados a 100% do CDI acrescido de aproximadamente 1,84% ao ano, com vencimento em 20 de maio de 2026.

Adicionalmente, em 17 de abril de 2026, a companhia celebrou nova CPR no montante de R\$ 5.000 mil, com encargos de 100% do CDI acrescido de aproximadamente 1,82% ao ano, com vencimento em 14 de agosto de 2026.

No mesmo período, a empresa também contratou operação de swap financeiro, iniciada em 23 de fevereiro de 2026, com valor nominal de R\$ 600 mil, cujos fluxos financeiros estavam indexados a CDI (ponta ativa) e taxa prefixada (ponta passiva), tendo sido liquidada em 20 de maio de 2026.

* * *